

A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural

Historical understanding between skepticism and arbitrariness: some comments on recent versions of historical and cultural relativism

Karl Acham

Professor titular emérito
Karl-Franzens-Universität
karl.acham@uni-graz.at
Universitätsstraße 15
8010 - Graz
Áustria

Resumo

Apresenta-se componentes básicos da crítica à teoria tradicional da história característica de representantes do pensamento pós-moderno e dos filósofos que lhe estão próximos: a centralidade dos textos simultânea ao ceticismo linguístico, a correlação entre apresentação artístico-literária e apresentação histórica, a crítica ao ideal da objetividade e às concepções da compreensão histórica conexas com esses aspectos. Abordam-se as questões decorrentes desses pontos de vista para a compreensão intercultural, de modo a evidenciar criticamente os limites de um entendimento particularista radical da cultura. As considerações deste artigo vão, pois, dos problemas da metodologia das ciências humanas à abordagem de temas da antropologia filosófica.

201

Palavras-chave

Compreensão histórica; Ceticismo; Pós-modernismo.

Abstract

This article presents some basic elements of the critique on the traditional theory of history made by representatives of post-modern thought and of philosophers close to them: the centrality of texts simultaneously to linguistic skepticism, the correlation between artistic and literary presentation and presentation of history, criticism on the ideal of objectivity and the conceptions of historical understanding related to these aspects. It addresses the issues arising from these views to intercultural understanding, in order to demonstrate a critical understanding of the limits of radical individualistic culture. The considerations of this paper go, therefore, from the problems of the methodology of the humanities to the issues of philosophical anthropology.

Keywords

Historical understanding; Skepticism; Postmodernism.

Enviado em: 7/7/2011
Autor convidado

No que segue trata-se de apresentar, de início e brevemente, alguns componentes básicos da crítica à teoria tradicional da história característica de determinados representantes do pensamento pós-moderno e dos filósofos que lhe estão próximos. Dedicar-se-á atenção especial a alguns aspectos desse pensamento: a centralidade dos textos simultânea ao ceticismo linguístico, a correlação entre apresentação artístico-literária e apresentação histórica, a crítica ao ideal da objetividade e, por fim, as concepções da compreensão histórica conexas com esses aspectos. Abordam-se em seguida as questões decorrentes desses pontos de vista para a compreensão intercultural, com o fito de evidenciar criticamente os limites de um entendimento particularista radical da cultura. Com isso, as considerações deste artigo vão dos problemas da metodologia das ciências humanas à abordagem de temas da antropologia filosófica.

Introdução

Nas três últimas décadas, com intensidade variável, discutiu-se o significado do pós-modernismo para a historiografia e para a investigação científica da história.¹ Mesmo tendo presente a grande diversidade de posições dos diferentes representantes dessa corrente intelectual, que classifica alguns autores com as etiquetas de “construtivismo” ou “desconstrutivismo”, constata-se um elemento comum a todos: o que atribui à linguagem o primado na elaboração de nossa visão do mundo. Devemos, é o que ensinam, considerar como uma arena de descrições em competição não apenas o mundo das teorias mas igualmente os próprios fatos. A distinção entre a descrição do mundo e um mundo existente de forma independente de qualquer descrição seria um dos erros mais teimosos da filosofia acadêmica. Promover tal separação já seria ideologia, pois faria atuar os propagandistas da verdade, que pretenderiam generalizar sua visão das coisas. Toda compreensão é sempre compreensão de texto, já que afinal toda interpretação de estados de coisas não linguísticos se dá sempre de forma linguística (oral ou escrita). Havendo êxito em impor a outros a forma própria de falar sobre as coisas, não apenas se mudaria a visão dos fatos, mas os próprios “fatos” mudariam. Toda verdade é “fabricada”. Aliás, nunca se lidaria com verdade, mas sempre só com “tomar por verdadeiro”. Alguns pensam assim ainda hoje. No entanto, não seria de se perguntar primeiro se esse pensamento não é ele mesmo um tomar por verdadeiro e uma verdade fabricada? Vejamos isso mais de perto!

202

A epistemologia histórica do pós-modernismo

Deve-se observar de início que muitos filósofos, historiadores e cientistas sociais vinculados ao pós-modernismo se recusam a aceitar ser vistos como seguidores de Jean-François Lyotard e mesmo como representantes dessa corrente de pensamento. Isso vale, por exemplo, para Michel Foucault, Jacques

¹ Ver, a esse respeito, IGGERS 2000, p. 335-346.

Derrida, como também para Hayden White,² enquanto o teórico da história holandês Frank Ankersmit se identifica expressamente com o pós-modernismo. Seu livro *History and Tropology* (ANKERSMIT 1994) apresenta com nitidez as visões de história, historiografia e ciência da história alteradas pelos pensadores pós-modernos: primeiramente é negado sentido (na acepção de fim) à *história* (enquanto acontecimento); em segundo lugar, nega-se a possibilidade de uma compreensão consistente da *historiografia* (como apresentação desse acontecimento); em terceiro lugar, afasta-se a possibilidade de *uma interpretação e explicação histórico-científica fundamentada e objetiva* de ocorrências na história com base em sua apresentação historiográfica.

A propósito da relação entre as apresentações historiográficas pode-se reconhecer, para começar, que Ankersmit, com efeito, tem razão em ponderar que as fontes obtidas pelos métodos histórico-científicos e os fatos reconstruídos a partir delas, o "material comprobatório, se referem não ao *passado*, mas a *interpretações do passado*" (ANKERSMIT 1994, p. 172). Pode-se ainda concordar, com reservas, quando ele afirma que "contar ou escrever uma história [...] [é] uma construção que impomos aos fatos" (ANKERSMIT 1994, p. 6). Nada diferente do que pensaram muitos outros historiadores e sociólogos do passado – inclusive "modernos". Vejamos o estado dessa discussão.

Tomemos o exemplo do historiador francês Marc Bloch. Diz ele, em sua *Apologia da história*:

203

Ora, *homo religiosus, homo oeconomicus, homo politicus*, toda essa ladainha de homens em *us*, cuja lista poderíamos estender à vontade, evitemos tomá-los por outra coisa do que na verdade são: fantasmas cômodos, com a condição de não se tornarem um estorvo (BLOCH 2002, p. 132).

Por isso, após a análise, vem a reconstituição, que é sua continuação natural, tanto quanto sua legitimação. No entanto, concentrar a análise de uma sociedade em um ou mais de seus aspectos próprios é indispensável.

Na imagem primitiva, antes contemplada do que observada, como teriam sido discernidas as ligações, já que nada se distinguia? Sua rede delicada só podia aparecer quando os fatos classificados inicialmente por linhagens específicas. [...] Por meio dessa escolha meditada, de modo geral, não apenas os problemas são colocados com mais firmeza, mas também os fatos de contato e de troca se destacam com mais clareza. Com a condição, simplesmente, de se querer descobri-los (BLOCH 1997).

De qualquer maneira, o perspectivismo de Marc Bloch de modo algum considera obsoleto o postulado da objetividade histórica, e tampouco a possibilidade da síntese histórica.

Isso vale igualmente para certa corrente tradicional da sociologia alemã. A sociologia do conhecimento, desenvolvida, sobretudo, a partir de Wilhelm Jerusalem e Max Scheler, complementou as perspectivas seletivas adotadas

² Por certo essa recusa depende também do que significa a etiqueta "pós-moderno" em contraposição ao respectivo conceito de "moderno" a que os representantes da tendência "pós-moderna" se oporiam.

pelos historiadores (como, por exemplo, em Marc Bloch) para tratar campos sócio-históricos como religião, economia e política. Tais abordagens recorrem à análise de percepções da realidade e formas de conhecimento perspectivistas, diretamente correlatas ao pertencimento dos respectivos analistas a determinadas camadas sociais. Para Karl Mannheim, contudo, essa “vinculação existencial do conhecimento”, em seu cerne, não deveria levar a um relativismo de aspectos e conteúdos da percepção inconciliáveis entre si. Antes, o “relacionismo” por ele proclamado tornaria possível a compreensão recíproca entre os representantes de visões distintas. Com respeito às “estruturas de aspectos” alternativas, todas corretas, mas vistas cada uma de modo diverso, é característica do pensamento de Mannheim, a busca por, “compreender a partir da diferença estrutural de ambos modos de ver [...] e encontrar uma fórmula da correlação e transposição, uma na outra, dessas formas perspectivistas de ver” (MANNHEIM 1969, p. 258).³

A situação em Ankersmit é completamente diferente da que encontramos em Bloch ou em Mannheim. Como Ankersmit recusa qualquer ligação entre a narrativa histórica e a realidade empírica, sínteses à maneira de Marc Bloch ou correlações no sentido de Karl Mannheim são incompatíveis com sua epistemologia. Mesmo Hayden White, a cujos escritos (WHITE 1973; 1978) recorre frequentemente, parece demasiado cientificista a Ankersmit.

Hayden White lembra, de certo modo, o “relacionismo” de Karl Mannheim. Também para White existem diversas apresentações históricas possíveis de conteúdos sócio-históricos idênticos. Com sua “Tropologia”, a teoria das estratégias narrativas, ele quer justamente demonstrar como as narrativas estão estruturadas e como as estratégias coordenam e arranjam os fatos. Cada uma dessas diversas apresentações possui, de acordo com White, uma pretensão genuína de verdade, pelo menos enquanto não contradiga fatos comprovados ou os falsifique. A eficácia e o conteúdo informativo de cada narrativa são, por conseguinte, diversos. White admite, assim, que os fatos históricos podem ser controlados, ou seja: verificados ou ao menos falseados. Na opinião de Ankersmit, tudo isso ainda está pensado no âmbito de um empirismo ingênuo.

Como observa Chris Lorenz, cujo livro *Konstruktion der Vergangenheit* (*Construção do passado*) discute intensamente diversas teses da teoria pós-moderna da história (LORENZ 1997), a realidade nunca é percebida diretamente, mas sempre mediada pela linguagem e estruturada por conceitos, o que não

³ Mannheim busca aqui superar a impossibilidade de mediação das visões de mundo defendida por Dilthey em sua *Doutrina das Visões de Mundo*. Dilthey considerava, com efeito, que toda visão de mundo requer o conhecimento da carência de complementaridade mediante o outro, de modo a não cair numa consideração unilateral e, por isso, dogmática do mundo. Não via, contudo, possibilidade alguma de sintetizar os diferentes pontos de vista. Como as perspectivas não se deixam mesclar, Dilthey afirma, sobre as três visões fundamentais de mundo analisadas por ele: “Cada uma exprime, nos limites de seu pensamento, uma dimensão do universo. Cada uma é verdadeira nesse ponto. Mas cada uma é unilateral. É-nos vedado contemplar o conjunto desses lados. A luz pura da verdade só nos é visível em um raio muito fragmentado” (DILTHEY 1931, p. 222).

implica a inexistência da realidade objetiva. Conhecimento significa busca de fatos, mesmo quando esses não sejam diretamente acessíveis e a verdade das sentenças a eles referentes não seja facilmente demonstrável. Por outro lado, não são os fatos isolados que interessam os historiadores, mas as relações existentes entre eles, para o que “teoria e interpretação desempenham um papel constitutivo” (LORENZ 1997, p. 76). É bom lembrar, como Max Weber repetidamente o fez, que é impossível impedir orientações valorativas na lida com a história, que condicionam, em muitos casos, a escolha das causas determinantes da orientação em teoria da história. No entanto, extrair daí a consequência de que a história seja fruto de aspirações subjetivas e de que nela inexista qualquer objetividade é falso tanto para Weber quanto para Lorenz.

A superstição, na historiografia e na ciência histórica, de que existiria uma única “causa” relevante – em contraste com as supostas “condições” secundárias – de um acontecimento ou de um processo histórico (amiúde mero disfarce para encontrar responsáveis morais ou para absolvê-los), não passa de um juízo moral capcioso. Isso fica claro sempre que as fontes admitem diversas interpretações. Para os médicos, afirma o sociólogo e economista francês François Simiand,

uma epidemia tem por causa a disseminação de um vírus e por condição a falta de higiene e de saúde causada pela pobreza; para o sociólogo e o filantropo, a causa é o pauperismo e a condição os fatores biológicos (*apud* BLOCH 1985, p. 147).

205

A decisão sobre que fatores devem ser levados em conta, e quais não, é tomada de início no plano da teoria, sendo perfeitamente possível que as fontes admitam a possibilidade de diferentes abordagens do acontecimento histórico. Então, que uma história deva ser interpretada, como no exemplo de Simiand, biológica ou socioeconomicamente, não é primeiramente uma questão do acervo de fontes, mas sim de uma decisão teórica prévia. Assim que essa decisão for tomada, as fontes começam a falar. Dessa forma, como exprimiu Reinhart Koselleck, o primado da teoria exige a coragem de formular hipóteses, sem as quais uma pesquisa histórica simplesmente não acontece:

Com isso não se expede à pesquisa um alvará de alforria. A crítica das fontes mantém sua inarredável função. [...] A rigor, fonte alguma pode nos ditar o que dizer. Ela nos impede, todavia, de enunciar sentenças que as fontes não nos autorizam dizer. As fontes têm o direito de veto (KOSELLECK 1977, p. 45).

Malgrado todas as possíveis divergências sobre as formas teóricas de acesso ao objeto da análise, reina na ciência da história consenso sobre o que não se admite nas respectivas interpretações e explicações, na medida em que não seja adequado ao conteúdo das fontes disponíveis. Assim, para Chris Lorenz, é insustentável substituir a realidade por sua “(re)apresentação” em textos, tal como sugerido – dentre outros – por White, e depois mantido por Ankersmit (cf. LORENZ 1997, p. 38-57; 177-188). Tal substituição tem como consequência

a relação (referencial) entre narrativa e realidade deixar de ser considerada, já que apenas textos, suas relações mútuas e seu sentido seriam investigados:

Essa *textualização* da imagem do mundo leva a se abandonar o pensamento de que o conhecimento contido nas narrativas históricas possa ser sustentado por argumentos concretos. Argumentos concretos remetem, com efeito, à realidade – com respeito à qual, dizem os pós-modernos, a narrativa histórica seria autônoma. O textualismo na teoria da história significaria, pois, o *abandono do problema tradicional da verdade*, o *abandono do princípio da casualidade* e, também, o *abandono da teoria do conhecimento*. A lacuna teórica que surge assim seria preenchida de modo direto e genérico pela *estética* e pela *retórica* (cf. LORENZ 1997, p. 178).

E, de fato, segundo Ankersmit, trata-se de reconhecer o caráter metafórico de qualquer ciência, inclusive da ciência do passado: “No futuro, nossa relação com o passado e nosso conhecimento dele será de tipo metafórico e não literal” (ANKERSMIT 1994, p. 180). Indo mais além, Ankersmit quer libertar a metáfora do que considera sua relação, ainda demasiado estreita, com uma realidade concebida de forma abstrata e cientificista, e utilizá-la não como recurso heurístico da experiência do mundo exterior, mas como modo de produzir uma *experiência imediata*. Dessa maneira ele efetua a passagem da ciência à arte⁴ – mas a uma arte na qual parece não se cuidar mais, como nas palavras de Robert Musil, de “exatidão e alma”, mas exclusivamente de “alma”, sem nenhum controle lógico-empírico.

206

Sobre a relação entre ciência e arte

Pensamentos sobre a historiografia como arte não têm nada de novo e podem ser encontrados nas obras de Arthur Schopenhauer, Thomas Carlyle, Ralph Waldo Emerson, Friedrich Nietzsche e Benedetto Croce. Mesmo que, segundo esses autores, a estrutura narrativa dos textos históricos remeta ao perspectivismo da visão de história, assim como defenda que o conteúdo da história (como acontecimento) é tão *encontrado* quanto *inventado*,⁵ não se constata uma predisposição generalizada a negar toda e qualquer correspondência entre as palavras e as coisas. A concepção da historiografia e da ciência da história, por Hayden White, é semelhante a esta última, na medida em que considera possíveis a arquitetura e a dramaturgia das narrativas históricas por serem compatíveis com as fontes históricas. Para White, é dentro dos limites postos pelos dados históricos que se dá o espaço de uma “história possível”, que tem mais a ver com uma história provável ou improvável do que com uma história verdadeira ou falsa. Para ele, “os fatos impõem limites aos tipos de narrativas que podem ser contadas” (WHITE 1992, p. 38). Contrariamente a essa posição, para Ankersmit a historiografia não possui função cognitiva alguma, mas meramente estética. Abandona-se assim, intencionalmente, o campo da cientificidade – e simplesmente porque a história, como ciência, não seria realizável.

⁴ Ver também, a esse respeito, ANKERSMIT 1997.

⁵ Assim também WHITE 1990, p. X.

Para Ankersmit trata-se apenas, por conseguinte, de evocar “vivências históricas” por meio da metáfora, e não mais de compreender e explicar o passado por meio da palavra com função denotativa. Alguns autores pós-modernos, no entender de Ankersmit, não vão longe o bastante em sua recusa do realismo, pois ainda atribuiriam uma função cognitiva à historiografia e à ciência da história, o que para ele não passaria de uma mera significação estética. O objetivo da arte que é então aplicada, como ele afirma, não consiste na “reprodução mimética da realidade, mas em sua substituição” (ANKERSMIT 1994). Como a relação vivencial só poderia ser estabelecida com acontecimentos concretos, e não com estruturas e processos macro-históricos, Ankersmit considera válida apenas a apresentação histórica que se dedique ao marginal, deixando de lado estruturas e processos: ou seja, uma “micro-história” como “uma totalidade anárquica de pequenas narrativas independentes” (ANKERSMIT 1994, p. 224). O que se deve pensar de tais concepções?

As mentalidades e as ações dos homens sempre foram apreendidas de forma mais viva e impactante por poetas e romancistas do que pela maioria dos cientistas que se ocupam da história e da sociedade. De Shakespeare, passando por Balzac e Leon Tolstói, até Heimito von Doderer,⁶ Kurt Vonnegut e Alexander Solschenizyn, a lista desses autores é longa. Em certos casos, também historiadores são agraciados com a maestria literária. Isso vale de modo especial para Theodor Mommsen, cuja *História de Roma* lhe valeu em 1902 o Prêmio Nobel de Literatura e de quem Adolf Harnack pode dizer, à beira do túmulo em 1903, ter reunido em sua obra tudo o que viveu por si mesmo: “o filólogo, o jurista, o político e o não menos poeta. Aqui um artista apreendeu uma ingente massa de informações e lhe conferiu medida e ordem, dinâmica e beleza”.⁷

A arte da apresentação histórica relaciona acontecimentos situados em épocas distintas. De um lado, o anterior aparece à luz do posterior (retrospectiva); de outro lado, o acontecimento posterior é concebido como uma de muitas opções possíveis dentre uma determinada constelação histórica (prospectiva). Ademais, o historiador compõe a perspectiva não apenas com respeito à linha do tempo, mas também relativamente à distância da observação. Cada eventual distância adequada ao objeto tem seus efeitos sobre a forma linguística utilizada. O panorama da estrutura e dos processos se vale da descrição, a visão de perto não se faz sem a narrativa. Nesta encontram-se a história e a arte.

Dada a circunstância de que fontes sempre estão incompletas e de que há o incontornável requisito da redação, a história em boa medida resulta de um ato de fantasia produtiva. “O que construo historicamente”, disse certa feita Jakob Burckhardt,

⁶ Escritor austríaco (1896-1966) tornado muito popular após sua conversão ao catolicismo e o sucesso do romance *Die Strudlhofstiege* (1951) – *A escada de Strudlhof*. (N. do T.)

⁷ Citado de acordo com a contracapa do terceiro volume da *História de Roma* de Theodor MOMMSEN, Munique, 1976. Adolf von Harnack (1851-1930), eminente teólogo e historiador da Igreja. (N. do T.)

não é resultado de crítica e especulação, mas da fantasia, que tenciona preencher as lacunas da observação. A história é ainda, para mim, em grande parte, poesia; ela é para mim uma série das mais belas composições pictóricas (*apud* JOEL 1918, p. 73).

Algo semelhante pensava Theodor Mommsen em seu discurso de posse na reitoria da Universidade e Berlim, em 1874, ao afirmar que o historiador talvez pertença “mais aos artistas do que aos intelectuais” (MARTINS 2010, p. 118).

Obviamente não se trata da defesa de uma retórica desenfreada. Mesmo que a retórica possua algumas vantagens na história – ela pode encantar, assustar, mover emocionalmente o leitor – ela não atinge o objetivo se apenas mobiliza as emoções, sem conduzir a um conhecimento pertinente e a um ajuizamento autônomo dos acontecimentos e fatos. Nesse sentido escreveu uma vez Ernst Cassirer:

À luz da historiografia, a vida continua um grande drama realista, com suas tensões e conflitos, com sua grandeza e miséria, com suas esperanças e ilusões, e com todas as forças e paixões que nela intervêm. Esse drama não é, contudo, meramente sentido, mas conhecido pela observação (CASSIRER 1990, p. 313).

Jakob Burckhardt exprimiu essa situação, nas *Reflexões sobre a história*, em termos tornados célebres: para o historiador, “o que outrora foi júbilo e lamentação [...] tem de tornar-se conhecimento” (BURCKHARDT 1978, p. 10). O drama histórico, diversamente do que pensem os pós-modernos, é um *acontecimento real*, e não um *acontecimento fictício*, imaginado. Por certo, a “história é também uma arte”, como pensou Golo Mann, mas uma arte “que se funda em *conhecimentos*” que, por sua vez, se baseiam em fatos (1979, p. 53).

Defende-se amiúde a concepção de ser necessária, à apreensão intuitiva dos conteúdos artísticos, a unidade imediata do sujeito e do objeto da experiência, ou seja, a identificação do receptor vivencial e cognoscente com o objeto de arte vivido e a ser conhecido. Assim, no passado – além de não poucos artistas –, certos filósofos da vida ou fenomenólogos adotaram a tese de que o conhecimento intuitivo iria além do conhecimento científico. Seria, pois, também “mais profundo”, no sentido de que as relações entre o cognoscente e o conhecido se tornariam cada vez mais íntimas, ao ponto de o sujeito da observação artística afinal fundir-se com o objeto de arte. Precisaríamos entrar em um estado de comunhão, ou mesmo de fusão, com o objeto que queiramos conhecer.⁸

Deve-se recordar aqui, no entanto, as diferentes formas de proceder, objetivos e funções da arte e da ciência. Ambas, a ciência e a arte, fornecem

⁸ No pensar de outros artistas, filósofos e teóricos da Arte, a situação é justamente oposta; veem-se os pormenores na totalidade dos fatos tanto mais claramente quanto mais distante se estiver do objeto. O distanciamento de uma vivência egocêntrica ou “oceânica”, como diria Freud, assim como a prática do comportamento aloccêntrico típico da ciência sempre impressionam praticantes das artes plásticas ou da poesia. Ezra Pound, Gottfried Benn e Robert Musil seriam aqui bons exemplos.

imagens do mundo interno e do mundo externo.⁹ O que é então próprio a essas imagens ou reproduções? Por um lado, na arte, trata-se, sobretudo, de *apreensão intuitiva* do conteúdo expressivo e simbólico. Por outro lado, na ciência, trata-se de *conhecimento discursivo*. Em ambos os casos busca-se antes de mais nada a mediação de uma experiência do que é o caso, do que ocorre. Importa então saber *em que sentido*, no caso da arte, diversamente da ciência, *algo é o caso* (algo ocorre) e se torna objeto de observação. Cabe ter presente que o característico de qualquer expressão de vivência – inclusive da artística – se enquadra na circunstância já descrita por Dilthey, que a relação entre essa expressão e o conteúdo intelectual por ela expressada “não está submetida ao juízo de verdade ou falsidade, [...] mas ao juízo de verossimilhança ou inverossimilhança” (DILTHEY 1927, p. 206).

A diferença categorial entre os procedimentos de busca, os conteúdos e as formas de apresentação da arte e da ciência, assim como entre seus modos de apreender o mundo, tem seu fundamento na seguinte circunstância: a apreensão intuitiva de conteúdos vivenciais pela arte e o conhecimento discursivo da ciência perseguem objetivos completamente diferentes. Isso porque a matéria da arte – mas não a da estética ou da teoria da arte – é a mediação de percepções e vivências de algo, todavia não é a de dados descritivos *das* percepções e vivências. Por isso a vivência tornada possível (também) pela arte não é o objetivo do conhecimento científico, tanto quanto a vivência não se realiza plenamente no conhecimento.¹⁰

Nas duas partes que vêm a seguir busca-se mostrar como, no pensamento pós-moderno, se põe em dúvida ou mesmo exclui a transformação de vivência em conhecimento, de *informações em conhecimento*, que ocorre ao longo do exame científico realizado pela história, cuja possibilidade jamais pareceu duvidosa à prática histórica usual. Os pós-modernos alegam, sobretudo, três razões para sustentar a posição oposta:

- a exclusão de determinados campos de objetos como consequência da limitação à micro-história ainda revivenciável;
- a concentração na linguagem desvinculada da realidade e do ceticismo linguístico correlato;
- o desmonte dos fundamentos da compreensão do outro assegurada intersubjetivamente.

Realidade e representação da realidade: sobre a relação entre linguagem e mundo no pensamento pós-moderno

Sob influxo do funcionalismo estrutural sociológico, também a ciência da história dedicou atenção, com frequência, às estruturas e aos processos, muito

⁹ A multiplicidade dos modos de apresentação artístico ou científico não contradiz as pretensões de verdade próprias à arte ou à ciência, mas é com elas perfeitamente compatível. “Doctrina multiplex, veritas una” (Doutrina múltipla, verdade una) é o belo lema da Universidade de Rostock.

¹⁰ Ver as posições semelhantes, embora desenvolvidas em outro contexto, de SCHLICK 1986, p. 104.

menos do que aos atores e a suas ações no plano dos acontecimentos. Os pós-modernos não foram os primeiros a criticar esse fato. Enquanto o historiador Golo Mann ou o sociólogo George Caspar Homans, por exemplo, clamavam que suas disciplinas, marcadas por tal influência, deveriam ocupar-se mais dos motivos, das razões de agir e das intenções das pessoas, Ankersmit, como representante do pós-modernismo, defende a *vivência* de micro-histórias, mas não a reconstrução analítica, pela história, dos motivos e das razões de agir, que considera vã. O que subjaz a isso tudo é nada menos do que a substituição da unilateralidade estruturalista e processualista da história por um psicologismo com verniz artístico. Além do abandono do cognitivo pelo estético, tem-se uma drástica redução do campo de objetos da história, com a perda do nível do acontecimento processual e estrutural, inacessível diretamente pela vivência. E o que poderia ser dito em favor de uma historiografia que cuidasse, por exemplo, da análise das organizações burocráticas ou da história dos desdobramentos do direito romano na constituição do sistema europeu de Estados, excluída que seria somente porque tais temas escapam à vivência subjetiva?

É de importância metodológica – e também antropológica, como se há de ver – a restrição da compreensão à compreensão linguística, ocorrida sob influência da *virada linguística* nas ciências humanas e sociais. Essa restrição caracteriza igualmente o pensamento de autores pós-modernos. Ela teve o efeito de restringir novamente, em prejuízo do conhecimento histórico, a ampliação da hermenêutica, já operada por Wilhelm Dilthey, da compreensão do texto à compreensão do agir. Tudo isso foi precedido, ainda antes dos pós-modernos, pela redução dos problemas filosóficos – na tradição de Ludwig Wittgenstein – a problemas de linguagem. Justamente em contraste com essa tendência, Wilhelm Dilthey superara a função linguística imanente dos conceitos de “sentido” e “significado” ao transpô-los do plano analítico da linguagem para o plano analítico do agir. “O caso mais simples em que aparece o significado”, escreve ele na *Construção do mundo histórico*, “é a compreensão de uma frase. Cada palavra possui um significado e na relação entre elas se lê o sentido da frase [...]”. A mesma relação, afirma ele, subsiste entre “as partes e o todo do curso de uma vida”:

Cada acontecimento que forma [esse curso], o modo como está presente no mundo dos sentidos, possui – como as palavras de uma frase – uma relação com o que significam. Nessa relação cada vivência particular possui significado a partir de um todo. E como as palavras estão juntas na frase para a compreensão desta, assim também o contexto dessas vivências produz o significado do curso da vida. Tal se dá da mesma forma na história (DILTHEY 1927, p. 235).

A “relação de um exterior, que faça sentido para um interior, que é sua expressão”, é fundamental para Dilthey para a compreensão da frase, e deve ser distinguida da relação semântica, pois tal compreensão “não procura um sentido de sinais, mas um muito mais profundo, o sentido das manifestações

da vida”.¹¹ Por isso Dilthey pode ainda acrescentar: “significado é o tipo especial de relação que as partes têm com o todo, no interior da vida” (DILTHEY 1927, p. 233). E, logo em seguida, constata: “O significado da parte está determinado, aqui [...], por sua relação com o todo, visto esse todo como objetivação da vida, entendido a partir dessa relação” (DILTHEY 1927, p. 241).

Essa relação do todo com suas partes, tal como exposta por Dilthey, deve ser entendida tanto estática quanto dinamicamente. Por um lado, trata-se de uma *estrutura* acumulada de determinado modo, em que a relação entre os elementos se dá de forma sincrônica. De outro lado, tem-se um ordenamento consecutivo de situações, ações e acontecimentos, ou seja, um *processo*. Do entendimento dessa relação do todo com suas partes resulta, para Dilthey, o círculo hermenêutico característico dessa compreensão: “De cada parte o todo, e do todo de novo a parte [...]. Do todo, pois, [advém] a compreensão, mas o todo depende da parte” (DILTHEY 1927, p. 334; ver também p. 330).

Para Dilthey estava claro que não apenas as realidades da natureza e da sociedade são históricas, mas igualmente o são, em certa medida, as categorias e os conceitos, por recurso aos quais descrevemos, ordenamos e explicamos os respectivos todos dessas histórias. Abordagens categorialmente diferenciadas requerem, ademais, modos distintos de *controle* dos juízos por eles formulados e dos fatos por eles apresentados. Assim, o controle de determinado resultado de um exame médico de uma pessoa exige outras formas de controle empírico do que o controle de sua reputação ou de seu gosto artístico. Tal pessoa aparece, dessarte, em perspectivas totalmente diferentes e com propriedades categorialmente distintas. Os próprios controles se modificam ao longo da história, nem que seja por força do avanço do conhecimento e dos procedimentos de teste assim alterados. Nada disso quer dizer, no entanto, que o indivíduo examinado seja composto de pessoas diversas, nem que seja um “construto” fictício, nem tampouco que a forma historicamente modificada de falar desse indivíduo o dissolva no banho ácido do historicismo linguístico.

Pode perfeitamente ocorrer que, pela ênfase a algum aspecto ou por sua omissão, a imagem que façamos de uma pessoa ao longo da história se torne uma hagiografia canônica convencional ou quiçá uma distorção. Disso não decorre, sem mais nem menos, a validação de uma teoria convencionalista do conhecimento. Certamente não teria passado, por exemplo, pela cabeça de Dilthey, o filósofo da historicidade, que a historicidade da abordagem categorial dos dados da experiência interna e externa, assim como das determinações conceituais dos fatos ou ainda da mutabilidade do controle dos conteúdos dos juízos, conduza necessariamente a uma epistemologia do arbitrário. Os representantes do pós-modernismo, entretanto, tiram, de forma curiosamente assertória, uma conclusão cética tanto quanto às mudanças intensionais e

¹¹ Algo semelhante é dito sobre a relação entre “individualidade” e “natureza humana geral”, em suas *Monografias sobre o fundamento das ciências humanas*: “A natureza humana geral efetiva as possibilidades de um sistema tonal e a individualidade a melodia criada nesse sistema” (DILTHEY 1927, p. 425).

extensionais dos conceitos ao longo do tempo como quanto ao sentido historicamente mutável das proposições, como se pode constatar dentre as que são enunciadas com a qualidade de autor. Com isso, não há intérprete que fosse capaz de determinar com segurança o sentido de um texto, como intencionado pelo autor, e o dos conceitos nele empregados. Até Hayden White se manifestou certa vez sobre o assunto, de maneira que radicaliza o historicismo metódico até às raias do relativismo histórico, embora em outros contextos, como já se viu, defenda a crítica histórica das fontes:

As formas de 'honestidade' e 'objetividade', que o historiador reivindica para si, referem-se afinal a *convencões* da academia, praticadas em determinados lugares, em determinados tempos, em determinados campos, por *diversas* comunidades científicas. Com outras palavras: a 'honestidade' e a 'objetividade' dos historiadores são, como os fatos, 'relativas' às ideias culturais aceitas em seu tempo, que prevalecem no tempo e no lugar de sua formulação (WHITE 1995, p. 65)

Na medida em que tais constatações não vão além do fato de o conhecimento e a possibilidade de seu avanço dependerem efetivamente das circunstâncias em que são produzidos, não há porque discordar delas. Entretanto alguns autores situados no círculo da teoria pós-moderna da história vão mesmo mais longe. Defendem o abandono das regras da análise conceitual e da interpretação, em nome da libertação das coerções do pensamento.

Com isso instaura-se a valorização, já antes mencionada, da vivência e do emotivo como elemento ou mesmo como substituto das análises e sínteses científicas. A isso corresponde o hábito, amplamente difundido entre os linguistas que lidam com análise e interpretação do discurso, de supor por trás de toda manifestação linguística uma atitude emocional (conotação) ou uma predisposição ao agir (conação), inconsciente ou até camuflada ideologicamente. Essa hipervalorização de uma determinada função da linguagem no discurso científico deixa qualquer um pelo menos pensativo.

Por certo, como já o disse Ernst Topitsch (1988), a linguagem é um "sistema plurifuncional de orientação", no qual se correlacionam mediação de informações, orientação do comportamento e reação emocional. A isso corresponde virem as designações das coisas e dos seres amiúde acompanhadas por tons emocionais e indicações de como alguém se deve comportar com relação aos ditos objetos. Nesse contexto é relevante a crença em uma conexão essencial íntima ou mesmo identidade entre palavra e coisa:

Isso leva não apenas às mais diversas formas de palavras mágicas, mas também, ao fim e ao cabo, ao realismo linguístico, ou seja, à convicção de que a existência da palavra coincide com a existência do objeto com ela correlacionado. Com isso pode-se passar à construção de mundos inteiros de entidades linguísticas imaginárias, no mais das vezes impregnadas de fortes conteúdos emocionais [...] (TOPITSCH 1988, p. 8).¹²

¹² Mais e mais ocorre a dissociação das três funções antes mencionadas. A teoria da retórica explica que já na Antiguidade se conhece o poder do hábito no uso da linguagem, mas que se sabe também ser no âmbito da linguagem que se apreende o significado das palavras e dos enunciados. Horácio, por exemplo, se refere ao *usus* – ao hábito, costume ou prática dominante – e está convencido de que

Pensamentos desse tipo acarretam as mais diversas reações. Enquanto Topitsch os toma como ocasião para analisar as visões de mundo desde a perspectiva do empirismo lógico e da teoria genética do conhecimento, os representantes do pós-modernismo tiram deles outras consequências.

Para Jacques Derrida, um dos semasiólogos mais influentes do pós-modernismo (mesmo se ele recusa a aceitar-se como tal), tais pensamentos ensejaram uma crítica ao “logocentrismo” e o questionamento direto da ideia mesma de uma interpretação válida de texto. Chegou até a afirmar que somente existiriam más interpretações de texto.¹³ O fato de as palavras se referirem a objetos do mundo conduz, segundo ele, a uma “metafísica da presença”, ou seja, à ilusão de que a verdadeira natureza do mundo passa ser revelada ao leitor por intermédio da linguagem. Com o jogo de sua plurivocidade, contudo, a linguagem se opõe a qualquer intenção denotativa do intérprete hermenêutico e torna impossível firmar definitiva e seguramente tanto o sentido de um texto intencionado por seu autor quanto o sentido das palavras.

Outra tentativa de superar a teoria tradicional da compreensão foi empreendida por Quentin Skinner. Um dos mais apreciados integrantes da escola de pensamento político de Cambridge, Skinner criticou a variante da hermenêutica que parte do suposto de que somente pela empatia com o caráter do autor é que se lograria aproximar do sentido dos textos e do significado das expressões. Seria necessário, no sentido da análise de John L. Austin da força “ilocucionária” e “perlocucionária” da linguagem, entender que determinada asserção deve ser concebida não só *como* asserção, mas também como “ato de fala”: como uma tomada de posição reconstrutível a partir de determinado contexto situacional, ou ainda como uma finta em determinada discussão entre autores. Distingue-se, pois, *que* digamos alguma coisa, com certo sentido (semântico), do que possamos acarretar *com o fato de o dizermos* (pela pragmática da linguagem) (AUSTIN 1979).¹⁴ “Por isso”, diz Skinner (2009), “devemos nos ocupar do texto e não do autor e de suas intenções. A performatividade se ancora, pois, no próprio texto [...]”. Unicamente assim se pode fazer de forma correta a história das ideias. “Somente ao contextualizarmos o texto de modo que torne cognoscível seu sentido no interior de determinado discurso é que podemos constatar o que os autores fizeram ao escrever esses textos” (SKINNER 2009, p. 16).

Skinner não encontra, em Derrida, a predisposição para admitir tal possibilidade. Derrida consideraria impossível tanto formular um critério para a intenção comunicativa de um autor quanto reconstruir o contexto necessário

o uso dispõe da linguagem e lhe confere direito e regra, quando diz: “usus quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi”. (HORÁCIO. *Ars poetica*, 71).

¹³ Ver por exemplo DERRIDA 2008.

¹⁴ Qualquer um sabe que a palavra “fogo” tem a ver com incêndio ou com faísca. No entanto, no sentido de uma relação designativa ou denotativa unívoca, não se pode decidir, logo de início, se a exclamação “Fogo!” remete a fogos de artifício, à ordem de abrir fogo a um destacamento na frente de batalha, ao alarme para os bombeiros vestirem os uniformes e correrem para o carro, ou se seria só alguém querendo assustar.

ao estabelecimento do sentido de um texto (SKINNER 2009, p. 13). Em mais de um aspecto, porém, Skinner está mais próximo do ceticismo de Derrida quanto à história do que está disposto a reconhecer. Trata-se certamente de uma visão unilateral das coisas, quando concorda com R. G. Collingwood, ao aceitar que só existem respostas particulares a perguntas particulares, e que “potencialmente [...], há tantas perguntas quando perguntadores”. De modo semelhante parece haver exagero na afirmação:

Aprender da história do pensamento que, na realidade, não existem conceitos atemporais, mas apenas conceitos totalmente diversos, que surgem em sociedades completamente diferentes, significa conceber uma verdade universal – não somente com respeito ao passado, mas igualmente com relação a nós mesmos (SKINNER 2009, p. 62).

Este é o momento de se dirigir a Skinner algumas perguntas críticas, pois ele mesmo considera que o relativismo de certos teóricos pós-modernos da história vai longe demais.¹⁵ As objeções mais importantes dizem respeito à afirmação de Skinner de que a “realidade” social fora do texto – que inclui afinal também o autor – é sempre mediada linguisticamente. Em sua hermenêutica inspirada pela teoria dos atos de fala, Skinner pressupõe uma multiplicidade de atores de fala, cujos produtos ele reúne em contexto, no qual lhe interessa a inserção do produto-texto no discurso linguístico. Diversamente dos sociólogos do conhecimento Jerusalem, Scheler ou Mannheim, não lhe interessa a inserção do autor em um contexto social extralinguístico. Em contraste com outros autores da história dos conceitos, como Reinhart Koselleck por exemplo, Skinner deixa de lado ver como a posição social e política dos atores de fala determina-lhes o comportamento discursivo.¹⁶ Por via de consequência, fica obviamente obscuro, porque e como certas linguagens e certos conceitos tenham alcançado mais penetração e difusão do que outros. Como uma linguagem é mais do que um mero veículo de informações, seu predomínio ou sua perda de significado é um acontecimento cultural de primeira importância.

O centralismo da linguagem de certos teóricos recentes da linguagem e do discurso, anglo-saxões e franceses, confronta o historiador com uma versão linguístico-filosófica radical do historicismo, já apontada pela afirmação de Skinner, de que “na realidade, não existem conceitos atemporais, mas apenas conceitos totalmente diversos, que surgem em sociedades completamente diferentes” (SKINNER 2009, p. 67). Tal pensamento desafia o filósofo e sociólogo da cultura a debruçar-se sobre a questão da possibilidade de uma compreensão que vá além de uma comunidade de discurso social e culturalmente fechada.

¹⁵ Ver o posfácio de Marion HEINZ e Martin RUEHL em SKINNER 2009.

¹⁶ Até Wilhelm Dilthey, frequentemente contado entre os defensores da hermenêutica idealista, se comparado com os teóricos recentes da História ou da linguagem, anglo-saxões ou franceses, soa quase materialista: “Vontade, luta, trabalho, carência, satisfação são elementos centrais que estão sempre presentes, constituindo a estrutura do acontecimento intelectual” (DILTHEY 1924, p. 131).

A caminho do relativismo sociológico e cultural: da crítica da objetividade à compreensão segmentada do outro

Qualquer abordagem do particular e do individual só faz sentido se posta contra o pano de fundo de uma generalidade pressuposta. Se a diferença for absolutizada e toda identidade do significado das palavras e do sentido das sentenças for desprezada, como nas teorias de Derrida e de Skinner, o princípio da diferença se transmuta em afirmação da singularidade, da incomparabilidade e da incomensurabilidade. No caso desses dois autores, tudo se passa no mundo politicamente inconsequente do individualismo radical, e não se pode atribuir-lhes nenhum partidarismo político em sentido estrito. Com a orientação que adotam na teoria do conhecimento, vale dizer, com o princípio da diferença e com a afirmação da individualidade, contudo, podem ser relacionadas aspirações típicas dos defensores das ideologias coletivistas, como no caso exemplar da mitologia nazista da incompatibilidade entre o "próprio a si" e o "alheio a si", ou da doutrina marxista da impossibilidade de conciliar as perspectivas das posições "burguesa-reacionária" e "proletária-progressista".

Ernst Bloch, um dos ícones do movimento estudantil alemão dos anos 1960, publicou em 1951 um artigo na revista *Aufbau*, de Berlim Oriental, no qual afirmava que todo e qualquer pensamento é e tem de ser partidário; o que importaria é saber qual partidarismo está correto. Com tais pressupostos, fustiga o "pretenso apartidarismo" da ideologia do "objetivismo".¹⁷ Para ele, o "objetivismo",

215

está em correlação ideológica direta com a assim chamada verdade por si mesma, tal como abusivamente defendida no Ocidente. Partindo de uma objetividade aparente, desde há muito desmistificada como mera aparência, o objetivismo é insípido, irrelevante, teimosamente neutro (BLOCH 1951, p. 597).

Ciência objetiva também pareceu, por outro lado, a Carl Schmitt, o líder dos teóricos alemães do Direito nos primeiros anos após 1933, como uma posição ilusória entre o "próprio a si" e o "alheio a si". Para ele, o semelhante é imediatamente dissolvido no heterogêneo:

Trata-se de uma verdade gnosiológica que só está apto a ver corretamente os fatos, ouvir corretamente as sentenças, entender corretamente as palavras e avaliar corretamente as impressões das pessoas aquele que participe, pelo modo próprio a seu ser, da comunidade instituidora do direito a que pertença existencialmente. Nos movimentos mais profundos e inconscientes do humor, mas também nos menores vasos do cérebro, qualquer pessoa se encontra nesse pertencimento a um povo e a uma raça. Não é objetivo qualquer um que o deseje ser, ou que creia subjetivamente com a melhor das boas consciências, ter-se esforçado o suficiente para ser objetivo (SCHMITT 1933, p. 45).

¹⁷ Muito semelhantes são os ataques de Lênin à "ciência social apartidária" e os "fabricantes do apartidarismo" no artigo "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo", publicado em 1913 na revista *Prosweschtschenije (O Iluminismo)*.

O que na época do romantismo começara como consideração pelo particular e como encobrimento do sentido da diferença, torna-se aqui estigmatização do outro e relevo positivo da própria singularidade.

As duas concepções, aqui brevemente esboçadas, de dois intelectuais destacados, um marxista e outro nazista, correspondem ao que, no âmbito da etnologia e da antropologia cultural, se denomina posição particularista. Os representantes do universalismo radical – contra o qual já se elevava o protesto do romantismo – pensavam poder reconhecer o “próprio” e, com isso, negar a experiência da diferença. Os representantes do particularismo radical veem no vínculo de qualquer pessoa a uma determinada cultura (ou subcultura) a razão da impossibilidade de entender qualquer “outro” a partir de seu ponto de vista. O particularismo radical postula, por conseguinte, uma contradição entre o conhecimento da verdade e o perspectivismo.

O sociólogo Robert King Merton levou esse relativismo até seu extremo aporético no artigo intitulado “Insiders and Outsiders” e no livro *On Social Structure and Science*. Se o particularismo radical for generalizado, por via de consequência somente serão possíveis a grupos sociais determinados certos tipos de percepções, e outros não. Com isso esvai-se qualquer forma de reciprocidade na compreensão. Isso porque a formulação de juízos que pretendam produzir conhecimento, vira dessa maneira assunto do pertencimento a determinados grupos. A referência enfática à perspectiva própria implica simultaneamente um obstáculo cognitivo insuperável. Para uma feminista radical, esse obstáculo está no outro sexo, para o socialista radical, no pertencimento a classes diferentes no processo de produção, para o relativista cultural radical, no pertencimento a uma “cultura mestra”, com frequência pensada como vínculo étnico.¹⁸

Ainda que se leve em consideração o pertencimento das pessoas a diversos círculos sociais, por exemplo, não apenas a determinadas etnias ou raças, mas também a determinadas religiões, classes sociais, grupos de gênero, comunidades acadêmicas, têm-se duas consequências. Primeiramente, somente muçulmanos poderiam obter conhecimentos pertinentes sobre muçulmanos, cristãos sobre cristãos, trabalhadores sobre trabalhadores, gerentes sobre gerentes, mulheres sobre mulheres, homens sobre homens, assim como – por absurdo que pareça, mas consequente – sociólogos sobre sociólogos, historiadores sobre historiadores. Em segundo lugar, tem-se também o paradoxo do *insider*, como bem indica Robert Merton. Ou seja: se, por exemplo, somente intelectuais brancos podem entender outros brancos, e se somente intelectuais negros podem entender outros negros, e, ainda, se somente homens podem entender homens, e somente mulheres podem entender mulheres, chega-se à situação bizarra de ambas as suposições se limitarem tanto que se inviabilizam:

disso resulta, por implicação, que alguns *insiders* são excluídos do entendimento de outros *insiders*, ficando as mulheres brancas condenadas

¹⁸ Ver MERTON 1996, p. 245; ver também SOLLORS 1996, p. 325-369.

a não entender homens brancos e homens negros a não entender mulheres negras, e assim por diante nas diversas combinações de subconjuntos (MERTON 1996, p. 252).

De modo semelhante à crítica exercida por Merton à concepção de formas heterogêneas de experiência do mundo e de obtenção do conhecimento, fechadas em si mesmo se em princípio equivalentes, o historiador britânico Richard Evans (1997) se eleva contra concepções análogas de certos historiadores pós-modernos, em seu livro *In Defence of History*. Evans se opõe à tese de que exista uma pluralidade incomensurável de métodos, nenhum dos quais capaz de se aproximar da verdade histórica. Por essa razão diverge de Keith Jenkins, defensor da equivalência entre os métodos marxista, weberiano, estruturalista ou feminista. Evans entende que se trata, na verdade, de teorias, cujas questões geram resultados de valor cognitivo diferenciado, enquanto o método histórico se funda em “regras de verificação”, firmadas por Leopoldo von Ranke e desenvolvidas desde então de diversos modos (EVANS 1997, p. 127).¹⁹

Praticamente em todas as formas de aplicação do princípio hermenêutico da exclusividade encontra-se algum tipo de atitude de crença. Isso porque a respeitabilidade de um intérprete compreensivo ou de um cientista explicativo advém não de seus eventuais méritos metódicos, mas de uma aptidão prévia: a capacidade de compreender, que adviria do pertencimento a determinada comunidade, tal como o conhecimento obtido com base nessa compreensão. Os integrantes de uma tal comunidade adquirem o estatuto de *insiders*, enquanto os *outsiders* são incapazes de compreender ou conhecer outros grupos, classes, sociedades ou culturas.²⁰ Desarma-se, dessa maneira, a convicção que se encontra, por exemplo, no *Tratado da Natureza Humana* (1739-1740), de David Hume, ou no *Essência e formas da simpatia* (1923), de Max Scheler, de que o princípio dinâmico que ordena nossas afeições seja a simpatia, o sentimento de compaixão que, em certa medida, se sobrepõe à comunidade própria imediata.

217

Sobre a antropologia do pós-modernismo

A importância da abordagem linguística com respeito à compreensão histórica está fora de dúvida. É fato que a posteridade dispõe não apenas de monumentos escritos da história passada. Também é certo que outras objetivações, não linguísticas, da ação humana, a que se atribui o caráter de fontes históricas, necessitam ser interpretadas, ou seja, verbalizadas.²¹ Não foi preciso esperar os pós-modernos, no entanto, para entender-se que manifestações

¹⁹ Dentre outras, a crítica de Evans se dirige contra JENKINS 1991; 1997.

²⁰ A essas concepções se opõe hoje uma espécie de solipsismo de pequenos grupos, como se pode constatar nas diversas reações defensivas à globalização econômica e cultural. De um lado tem-se a perda de confiança cultural no mundo que se transforma rapidamente por força da atuação dos conglomerados internacionais de comunicação social. De outro, o receio dos processos econômicos que ultrapassam em muito o âmbito das economias nacionais, que se sente como opacos e ameaçadores. A isso respondem, de certa maneira, a busca crescente de “identidade” social e regional e as diversas formas de refúgio escapista no plano privado.

²¹ Trata-se em especial das informações sobre instrumentos, obras de arte, prédios etc. por intermédio das quais o acesso aos motivos, razões de agir e intenções dos respectivos agentes existe de modo apenas indireto.

linguísticas são plurívocas. Está claro, ao mesmo tempo, como diz Richard Evans, “que não nos é dado atribuir-lhes sentido arbitrário. Estamos restritos aos termos contidos no texto, palavras que não possuem um número infinito de significados, como supõem os pós-modernos” (EVANS 1998, p. 106). De outra forma, não se teria sequer a possibilidade, por exemplo, de entender o sentido da observação de Derrida (mas não seu acerto), que a linguagem ultrapassa qualquer intenção denotativa do autor por sua plurivocidade intrínseca.²²

A restrição ao linguístico, porém, como já se demonstrou, não faz jus à vastidão do material historicamente relevante nem à variedade das formas não verbais de se expressar, como é fundamental, por exemplo, na psicologia ou na antropologia cultural.²³ Na observação da psique de outrem, têm-se duas formas de apreensão: transpor-se para o interior do outro ou considerar os elementos da expressão da vivência, em seu conjunto e em sua consecução, como meros dados, sem compreender seu contexto por meio da transposição. Se isso nos é vedado, então “entendemos” esses contextos apenas da mesma maneira como entendemos os contextos do mundo físico.

A transposição pode dar-se de duas maneiras. Por um lado, podemos – como propõe Max Weber em seus *Conceitos fundamentais da sociologia* (WEBER 1968, p. 541-581) e, como ele, Karl Jaspers (1990) – compreender “racionalmente” as ações humanas. Com isso é possível, em um processo judicial, por exemplo, a partir do fim buscado por um criminoso, e com base no que sabemos do seu grau de conhecimento dos meios a serem utilizados para alcançar tal fim, julgar seus atos como vinculados ou não (para ele) à obtenção de tal fim:²⁴

O dito cujo tinha de agir, não por força de leis naturais psicológicas, mas com base no conhecimento de certas relações causais, de normas lógicas de seu ponto de vista, se tencionasse alcançar seu fim. Um tal agir é plenamente entendido como racional (JASPERS 1990, p. 113).²⁵

Deve-se distinguir desse procedimento a outra forma da compreensão, a da empatia. No caso de alguém tomar conhecimento de que foi traído, como amante ou como amigo, e perder o controle, se desesperar ou explodir de raiva, não se tem um contexto racional. Não se tem a busca de um fim, a escolha racional de meios para sua prossecução; tudo corre pela expressão emocional. Mesmo assim achamos que somos capazes de tudo entender,

²² Ver DERRIDA 1983, especialmente Parte I, Caps. 1 e 2; ver também DERRIDA 1972, especialmente p. 422-442.

²³ Dilthey, em sua obra tardia, sobretudo no *Aufbau der geschichtlichen Welt*, voltou-se para a análise da compreensão dos modos de expressão.

²⁴ Mesmo que não nos seja dado afirmar o valor supra-histórico próprio do conhecimento, esse argumento parece atribuir efetivamente um caráter supra-histórico ao valor instrumental do conhecimento.

²⁵ Exatamente nesse sentido, para Max Weber, o “agir racional por fins” está determinado “pelas expectativas do comportamento de objetos do mundo exterior como de outras pessoas”, e utiliza essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para a obtenção de fins próprios, almejados e projetados racionalmente. Diferente desse agir é o “agir racional por valores”, caracterizado “pela crença consciente no valor próprio – por pouco que seja ético, estético, religioso ou mais de que tipo – de um determinado comportamento por si mesmo, independente de sua obtenção” (WEBER 1968, p. 565-566).

justamente pela empatia. “Em determinadas circunstâncias acompanhamos as menores nuances da mímica e dos sentimentos, e se percorrermos todas as suas propriedades, nenhuma nos é incompreensível. Todas se fundem em uma unidade [...]” (JASPERS 1990, p. 113).²⁶ Tudo isso não pode ser esclarecido pela reação fim-meios, nem tampouco remetendo ao amor como “estímulo” e à raiva, por exemplo, como “reação”.

Para Quentin Skinner, no entanto, o espírito da linguagem, intersubjetivamente mediado, substitui a subjetividade da empatia, aparentemente inverificável. É esse o sentido dos “jogos de linguagem”, visto desde Wittgenstein como elemento e expressão de uma “forma de vida”, a ser interpretado dentro dos respectivos atos de fala. Entretanto, como parece, é justamente na empatia que se evidenciam os limites da interpretação de textos vinculada aos jogos de linguagem. Do mesmo modo constata-se as possibilidades de uma superação crítica da afirmação de que textos valem somente quando restritos étnica, regional ou historicamente. A antropologia cultural, em especial, fornece demonstrações cabais de formas de compreensão intercultural que vão além da linguagem. Ela nos remete sobretudo ao pré-linguístico e ao extralinguístico. Se é correto afirmar que os limites da linguagem são também os limites do mundo (comunicável), é incorreta a suposição de que os limites da linguagem sejam também os limites da compreensão do mundo. Pois compreensão do mundo – compreensão no sentido amplo do termo – não coincide com o *entendimento sobre* o mundo, ou melhor: com o entendimento acerca dos juízos sobre o mundo, que obviamente são formulados pela linguagem.

219

O pré-linguístico e extralinguístico querem exprimir a condição elementar da existência humana, a *condition humaine* comum a todos os homens. Ela diz respeito a uma compreensão fundamental do que significam vida, alegria, sofrimento e morte. Essa compreensão constitui o pressuposto fundamental de uma atitude básica comum, condicionada só secundariamente pelas interpretações e práticas rituais, que informa o comportamento com relação a essas circunstâncias elementares da vida humana. Alfred Stern descreveu essa situação da seguinte maneira: “As situações históricas e as capacidades intelectuais e morais das pessoas se modificam. O que, ao longo da história, não se modifica, é que toda pessoa é um ser consciente de sua existência, que vive no mundo, que precisa agir para manter-se vivo, que ama e odeia, que se reproduz, que cai doente, que procura escapar ao sofrimento, que sabe dever morrer, que teme a morte e que acaba por sofrê-la. Vejo nessa condição da existência humana a *única constante da história*” (STERN 1967, p. 240).

Certamente seria equivocados supor que esses componentes essenciais da condição da existência humana possuam nas diversas culturas *significado* idêntico, no sentido semiótico completo, que deveria incluir a denotação, a conotação e a performática desses conceitos. Tanto as representações conexas

²⁶ A pesquisa biológica dos comportamentos está também repleta de tais constatações. Ver, a título de exemplo, EIBL-EIBESFELDT 1997.

(conotações) quanto as predisposições para o agir (conações), como também as ações reais, que se relacionam com os conceitos, são evidentemente muito diversas. Mesmo assim trata-se de um exagero descabido afirmar que a linguagem dos historiadores e dos antropólogos culturais só contenha sentenças e conceitos cuja propriedade ilocucionária fosse indeterminável, pois possuiria um sentido ambíguo e um significado incompatível.

Segundo Derrida, já estamos divididos pela língua comum, que dizer da diversidade das culturas linguísticas! Diante das dificuldades e da impossibilidade postulada de um conhecimento histórico rigoroso, Ankersmit considera que a finalidade própria do lidar com a história, como já se viu, seria a substituição do conhecimento da história pela vivência artística. A tudo isso corresponde a tendência contemporânea, tal como se pode ver nos espetáculos de TV-realidade, de confundir fato e ficção, realidade e ilusão. Não poucos historiadores atuam dessarte como instrumentos orgânicos da indústria midiática de entretenimento. Como historiador e teórico da história, todavia, cada um se vê confrontado, sobretudo diante dessas práticas e dos raciocínios por trás delas, à tentação de transformar a famosa fala do segundo ato do *Hamlet*, de Shakespeare: "Though this be madness, yet there is method in't" ("Isso pode ser loucura, mas tem seu método"), em seu polêmico inverso: "Isso pode ter método, mas não passa de loucura".²⁷

Com alguns bons motivos e com uma boa dose de caridade poder-se-ia talvez conceder que a formulação de princípios extremos contribua, sempre com algum sucesso, para clarificar, eventualmente ajustar e recodificar os critérios da experiência filosófica, artística e científica, e dos conhecimentos sobre ela baseados. Mesmo assim não se pode negar que o ceticismo linguístico radical do pensamento pós-moderno – com seu entendimento particularista radical das culturas, sem fundamento empírico, e com sua substituição do conhecimento pela vivência – promoveu nos últimos decênios, na teoria da história como em outros campos das ciências humanas, uma estranha predisposição à renúncia cognitiva.

220

Observações finais

A "igualdade do espírito", demonstrável desde "cada sujeito de uma comunidade" até a "história universal", tornava possível, para Dilthey, "a convergência dos muitos resultados nas ciências humanas" (DILTHEY 1927, p. 191). Os dois grandes totalitarismos do século XX varreram essa visão cosmopolita das coisas, por não corresponderem ao princípio do amigo-inimigo. Os pós-modernos entraram na arena da argumentação para combater o dogmatismo, promoveram a dissecação das macroideologias, mas entrementes cegaram seu próprio bisturi. A crítica das armas alheias acabou por desarmar o arsenal da crítica. E assim, hoje, no assim chamado mundo ocidental, não

²⁷ O conceito da loucura (delirante) abrange um amplo leque de significados. Assim, podia ser aplicado a meros desvios relativos às convenções (originalmente em latim, *delirare* provém de *de lira ire*, utilizado na lavoura, para dizer "sair do sulco do arado") como a perturbações psíquicas, pelas quais uma pessoa, em comparação com as funções mentais normais, sofreria de alucinações patológicas.

poucos intelectuais perderam a confiança em um conhecimento seguro nas ciências humanas e sociais, mesmo que essa perda seja racionalizada como destruição do absolutismo ético e epistemológico. É sabido que as pessoas tendem a sucumbir às convenções, inclusive quando fazem da necessidade uma virtude.

Há, pois, boas razões para se aceitar a suposição de que a predisposição ao abandono das pretensões cognitivas relativas ao mundo sócio-histórico tem a ver com um fato sociológico que o pós-modernismo meramente reproduz: vivemos em uma situação excepcional da história da humanidade, em que a experiência do mundo é mediada pelos meios de comunicação de massa. Nesse mundo das “experiências de segunda mão” (GEHLEN 2007) desacostumamo-nos cada vez mais a distinguir entre a descrição do mundo e o próprio mundo. Ademais, há intelectuais que vivem em um mundo de bem-estar e se permitem desde há muito ficar insensíveis à dureza do real e substituí-lo, em suas elucubrações, pela contemplação e pelos mundos virtuais da “construção” e da “desconstrução”. Com demasiada frequência a experiência da realidade primária foi sacrificada em benefício da experiência de segunda mão. Como o manejo do virtual estimula a fantasia, mas não primeiramente a faculdade cognitiva, o encontro imediato com a realidade real faz do virtuoso do virtual um resignado ou melancólico.

221

Entretanto não há lugar para a resignação cognitiva, ao menos não enquanto houver consciência de que a tarefa de compreender, interpretar e explicar o mundo sócio-histórico do passado como do presente é difícil, mas não impossível ou sem sentido.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank R. **History and tropology: the rise and fall of metaphor**. University of California Press: Berkeley, 1994.
- _____. **Aesthetic politics: political philosophy beyond fact and value**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- AUSTIN, John L. **Zur Theorie der Sprechakte**. 2ª ed. Stuttgart: Reclam Verlag, 1979.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. **Apologie pour l’histoire ou métier d’historien**. Paris: Armand Colin, 1997.
- BLOCH, Ernst. Parteilichkeit in Wissenschaft und Welt. **Aufbau**, 7, p. 593-602, 1951.
- BURCKHARDT, Jacob. **Weltgeschichtliche Betrachtungen**. Rudolf Marx: Stuttgart, 1978.

- CASSIRER, Ernst. **Versuch über den Menschen**: Einführung in eine Philosophie der Kultur. Frankfurt: Felix Meiner Verlag, 1990.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. **Die Schrift und die Differenz**. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.
- _____. **Grammatologie**. Frankfurt: Suhrkamp, 1983.
- _____. **De la grammatologie**. Paris: Éditions de Minuit, 1967.
- DILTHEY, Wilhelm. **Weltanschauungslehre**: Abhandlungen zur Philosophie der Philosophie. Leipzig/ Berlim, 1931.
- _____. **Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften**. Leipzig/Berlim, 1927.
- _____. **Die geistige Welt**: Einleitung in die Philosophie des Lebens. Erste Hälfte: Abhandlungen zur Grundlegung der Geisteswissenschaften, Leipzig/ Berlim, 1924.
- EIBL-EIBESFELDT, Irenäus. **Die Biologie des menschlichen Verhaltens**. Grundriß der Humanethologie. 3ª ed. Weyarn, 1997.
- EVANS, Richard. **In Defence of history**. London: Granta Books, 1997.
- _____. **Verteidigung der Geschichte**. Frankfurt, 1998.
- _____. **Em defesa da história**. Lisboa: Memórias do Mundo, 1999.
- GEHLEN, Arnold. **Die Seele im technischen Zeitalter. Sozialpsychologische Probleme in der industriellen Gesellschaft (1957)**. Frankfurt: Karl-Siebert Rehberg, 2007.
- IGGERS, Georg G. Geschichtestheorie zwischen postmoderner Philosophie und geschichtswissenschaftlicher Praxis. **Geschichte und Gesellschaft**, 26, p. 335-346, 2000.
- JASPERS, Karl. **Allgemeine Psychopathologie**. 2ª ed. Berlim, 1920.
- _____. **Gesammelte Schriften zur Psychopathologie**. Berlim/ Heidelberg/Nova Iorque, 1990.
- _____. Eifersuchtszwahn. Ein Beitrag zur Frage: "Entwicklung einer Persönlichkeit" oder "Prozeß"? **Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie**. Originalien 1, p. 567-637, 1910.
- _____. Kausale und "verständliche" Zusammenhänge zwischen Schicksal und Psychose bei der Dementia praecox Schizophrenie. **Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie**. Originalien 14, p. 158-263, 1913.
- JENKINS, Keith. **Re-thinking history**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1991.
- _____. (org.). **The postmodern history reader**, Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

- JOEL, Karl. **Jacob Burckhardt als Geschichtsphilosoph**. Basileia, 1918.
- KOSELLECK, Reinhart. Standortbindung und Zeitlichkeit: Ein Beitrag zur historiographischen Erschließung der geschichtlichen Welt. In: KOSELLECK, Reinhart; MOMMSEN, Wolfgang; RÜSEN, Jörn (orgs.). **Objektivität und Parteilichkeit**. Munique, 1977.
- LORENZ, Chris. **Konstruktion der Vergangenheit**: Eine Einführung in die Geschichtstheorie. Colônia/Weimar/Viena, 1997.
- MANN, Golo. Plädoyer für die historische Erzählung. In: KOCKA, Jürgen; NIPPERDEY, Thomas (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte**. Munique, 1979.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologie und Utopie**. 5ª ed. Frankfurt, 1969.
- _____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MERTON, Robert K. **On social structure and science**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- MOMMSEN, Theodor. **Reden und Aufsätze**. Berlin, 1905.
- SCHLICK, Moritz; MULDER, Henk L; KOX, Anne J.; HEGSELMANN, Rainer. **Die Probleme der Philosophie in ihrem Zusammenhang**: Vorlesung aus dem Wintersemester 1933/34. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- SCHMITT, Carl. **Staat, Bewegung, Volk**. Hamburg, 1933.
- SKINNER, Quentin. Einleitung: Über Interpretationen. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt, 2009.
- _____. Bedeutung und Verstehen in der Ideengeschichte. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt, 2009.
- SOLLORS, Werner (org.). **Theories of ethnicity: a classical reader**. Basingstoke, 1996.
- STERN, Alfred. **Geschichtsphilosophie und Wertproblem**. Munique; Basileia, 1967.
- TOPITSCH, Ernst. **Erkenntnis und Illusion**: Grundstrukturen unserer Weltauffassung. 2ª ed. Tübingen, 1988.
- WEBER, Max. Soziologische Grundbegriffe. In: _____. **Wirtschaft und Gesellschaft**: Grundriß der verstehenden Soziologie (1921-22). 3ª ed. Tübingen, 1968.
- WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in 19th Century Europe. Baltimore, 1973.
- _____. **Metahistory**: die historische Einbildungskraft im 19 Jahrhundert in Europa. Frankfurt, 1990.

- _____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore, 1978.
- _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. **Auch Klio dichtet oder Die Fiktion des Faktischen**: Studien zur Tropologie des historischen Diskurses. Stuttgart, 1996.
- _____. Historical emplotment and the problem of truth. In: FRIEDLANDER, Saul (org.). **Probing the limits of representation**: nazism and the "final solution". Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____. A response to professor Chartier's four questions. **Storia della Storiografia**, 27, 1995.